

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Secretaria-Geral

Serviços Jurídicos e de Tratados

**Aviso**

Por ordem superior se torna público que em 18 de Outubro de 1984 a Embaixada da República Federal da Alemanha na Haia notificou o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos quanto à alteração de designação da autoridade competente para os efeitos do disposto no artigo 11.º, alínea 2), da Convenção Relativa à Competência das Autoridades e Lei Aplicável em Matéria da Protecção de Menores, concluída em 5 de Outubro de 1961:

Não já Vormundschaftsgericht (Chambre des Tutelles), mas sim, sob os n.ºs 1, a) e b), e 2, a) e b), Vormundschaftsgericht (juge de la tutelle), Familiengericht (juge de la famille)».

Portugal é parte nesta Convenção.

Secretaria-Geral do Ministério, 18 de Setembro de 1985. — O Director dos Serviços Jurídicos e de Tratados, *Francisco Manuel dos Reis Caldeira*.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos

**Aviso**

Por ordem superior se torna público que foram depositados junto do Secretário-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque os instrumentos de ratificação à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres pelos seguintes Governos:

Itália — 10 de Junho de 1985;  
Nigéria — 13 de Junho de 1985;  
Zâmbia — 21 de Junho de 1985;  
Japão — 25 de Junho de 1985;  
Islândia — 18 de Junho de 1985.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos, 10 de Setembro de 1985. — O Director-Geral, *João de Matos Proença*.

**Aviso**

Por ordem superior se torna público que o Governo do Afeganistão depositou, em 21 de Maio de 1985, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas o instrumento de adesão à Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, concluída em Viena em 21 de Fevereiro de 1985.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos, 10 de Setembro de 1985. — O Director-Geral, *João de Matos Proença*.

Direcção-Geral de Cooperação

**Aviso**

Por ordem superior se torna público que o Acordo no Domínio da Saúde entre a República Portuguesa e a República Popular de Moçambique, assinado em 25 de Maio de 1981 e aprovado pelo Decreto do Governo n.º 35/84, de 12 de Julho, entrou em vigor em 30 de Julho de 1985, data da última das notas trocadas entre as Partes, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º do mesmo Acordo.

Direcção-Geral de Cooperação, 13 de Setembro de 1985. — O Subdirector-Geral, *Jorge Marques Leitão Ritto*.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO**

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO

Portaria n.º 752/85

de 3 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Orçamento, nos termos do § único do artigo 4.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 29 de Abril de 1965, o seguinte:

1.º É permitida a importação, em regime de drawback, de semente de copra destinada à produção de óleo e farinha, a exportar ao abrigo do mesmo regime.

2.º As percentagens a adoptar para o cálculo da restituição de direitos, bem como as restantes condições de aplicação, são reguladas, em cada caso, por despacho ministerial, mediante indicação prévia do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos.

Secretaria de Estado do Orçamento.

Assinada em 12 de Setembro de 1985.

O Secretário de Estado do Orçamento, *Alípio Barrosa Pereira Dias*.

Portaria n.º 753/85

de 3 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Orçamento, nos termos do § único do artigo 4.º da Reforma Aduaneira, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 46 311, de 29 de Abril de 1965, o seguinte:

1.º É permitida a importação, em regime de drawback, de semente de amendoim destinada à produção de óleo e farinha, a exportar ao abrigo do mesmo regime.

2.º As percentagens a adoptar para o cálculo da restituição de direitos, bem como as restantes condições de aplicação, são reguladas, em cada caso, por despacho ministerial, mediante indicação prévia do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos.

Secretaria de Estado do Orçamento.

Assinada em 12 de Setembro de 1985.

O Secretário de Estado do Orçamento, *Alípio Barrosa Pereira Dias*.